

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000814-58.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Protesto Indevido de Título**  
 Requerente: **LUIZ AURELIO BEDINOTTO**  
 Requerido: **AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA ME e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**LUIZ AURÉLIO BEDINOTTO** propôs a presente ação DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO cc INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face de **AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA ME, FERREIRA & FERREIRA COMERCIO DE TELAS LTDA, FERREIRA AGROTERRA LTDA, HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO e BANCO BRADESCO S/A.**

Pretende o requerente ver declarados inexistentes os débitos consubstanciados nas notas fiscais indicadas as fls. 03/07, que foram emitidas pelas primeiras três requeridas sem lastro. As duplicatas sacadas acabaram sendo levadas à protesto pelos bancos HSBC e Bradesco também indevidamente. Pediu a declaração da inexistência dos débitos e a condenação de todos os requeridos em indenização por danos morais, uma vez que não manteve qualquer relação comercial com eles.

A inicial veio instruída com documentos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As empresas “AGROTELAS FERREIRA”, “FERREIRA & FERREIRA” e “FERREIRA AGROTERRA” apresentaram defesa conjunta às fls. 48 e ss concordando com o pleito principal (declaração da inexigibilidade dos débitos). Por fim, sustentando que o autor não comprovou ter sofrido dano moral, pediram a improcedência do pleito indenizatório.

Devidamente citado, o Banco HSBC apresentou contestação às fls. 81 e ss alegando, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva. No mérito, aduziu ter firmado contrato de desconto de títulos (nº 9591181418) com a empresa AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRICOLAS E TELAS LTDA. ME; como recebeu as cambiais através de endosso translativo não pode ser responsabilizada pela possível ilegitimidade dos títulos. Discorreu sobre a inoponibilidade de exceções pessoais ao endossante. Alegou que não agiu com culpa, mas sim no exercício regular do direito. Pontuou pela inexistência de danos morais. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

O correquerido Banco Bradesco contestou às fls. 172 e ss alegando preliminar de ilegitimidade passiva, pois é terceiro endossatário de boa-fé. No mérito, argumentou que o requerente não comprovou ter sofrido dano moral; pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 212/215.

As partes foram instadas a produzir provas. Os bancos requeridos pleitearam o julgamento antecipado da lide (fls. 207, 208/209); as empresas requeridas e o autor não se manifestaram.

É o RELATÓRIO.

DECIDO.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As preliminares de ilegitimidade passiva arguídas nas defesas apresentadas por Banco HSBC e Banco Bradesco serão equacionadas juntamente com o mérito.

\*\*\*\*\*

O autor busca, em primeiro plano, que o juízo se pronuncie sobre a inexistência das relações jurídicas consubstanciadas nas 130 (cento e trinta) notas fiscais/duplicatas mercantis especificadas na inicial (cf. fls. 03/07) e também sobre a inexigibilidade das duplicatas sacadas contra ele pelas empresas correqueridas AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA ME, FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA, FERREIRA AGROTERRA LTDA. Sustenta, em resumo, **não ter firmado com as sacadoras os atos negociais aptos aos saques, tratando-se, assim, de títulos “frios”**.

\*\*\*\*\*

É de sabença geral que a duplicata é um título causal.

Acerca dessa natureza leciona Fábio Ulhoa Coelho:

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeu como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o cheque e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219- grifei).

E, no caso dos autos, as empresas requeridas confirmaram que todas as notas fiscais e os títulos discutidos **foram sacados sem lastro**, admitindo que **os negócios não se realizaram** (a respeito confira-se especificamente fls. 53, terceiro parágrafo).

Assim em primeiro plano, é de rigor reconhecer que diante da simulação negocial todos os títulos emitidos por conta das avenças falsas são inoperantes frente ao autor.

\*\*\*\*

A participação do correquerido Banco HSBC na presente LIDE, integrando o polo passivo se justifica pela aquisição e apontamento de um dos títulos (nº 626/05) em Cartório em 02/01/2014 (cf. fls. 24).

O fato de o banco ter “adquirido” a duplicata em avença de desconto (conforme expressamente confessado na defesa – cf. fls. 82) não altera o panorama da LIDE, pois, como “descontante” deve perseguir contra o “cliente” (no caso uma das empresas correqueridas) o montante que a ele entregou antecipadamente.

O domínio do título foi passado a ele (banco) por **endosso translativo** e antes de negociar seus prepostos deveriam ter se certificado da licitude de sua emissão. Não o fazendo, o Banco HSBC responde pelos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dissabores carreados ao autor.

Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de  
Justiça:

DIREITO CIVIL E CAMBIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DUPLICATA DESPROVIDA DE CAUSA RECEBIDA POR ENDOSSO TRANSLATIVO. PROTESTO. RESPONSABILIDADE DO ENDOSSATÁRIO. 1. Para efeito do art. 543-C do CPC: o endossatário que recebe, por endosso translativo, título de crédito contendo vício formal, sendo inexistente a causa para conferir lastro a emissão de duplicata, responde pelos danos causados diante de protesto indevido, ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas. 2. Recurso especial não provido” (STJ, REsp 1213256/RS, 2ª Seção, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 28/09/2011).

No mesmo sentido segue a jurisprudência do Tribunal de  
Justiça de São Paulo:

RESPONSABILIDADE CIVIL – ação declaratória de inexistência de débito cumulada com cancelamento de protesto e indenização por danos morais – Duplicatas sem lastro remetidas a protesto – Títulos transmitidos por endosso translativo à instituição financeira ré – Endossatário que não se cerceou das cautelas exigíveis no momento da aquisição e de seu envio a protesto – Anotação restritiva indevida, oriunda de relação jurídica inexistente – Dano moral – Minoração – Descabimento (...) (Apelação 0017274-07.2011.8.26.0320, Rel. Des. Airton Pinheiro de Castro – j. 22/05/2015).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

\*\*\*\*

Já contra o BANCO BRADESCO não foi produzida prova apta ao acolhimento do reclamo.

Embora o autor tenha feito referência a existência de várias duplicatas em seu nome, todas emitidas sem lastro, **apenas uma delas chegou a ser protestada (cf. fls. 24) e o restrição foi lançada pelo correquerido “Banco HSBC”.**

**Nenhuma participação, na linha de desdobramento causal, teve o Banco Bradesco.** Mesmo que tenha recebido alguns títulos por endosso (não se sabe se translativo ou mandato) , certo é que não chegou a protestá-los. Assim, não há como condená-lo juntamente com os demais ocupantes do polo passivo.

\*\*\*\*

Por fim, é de rigor arbitrar o dano moral, pelo qual responderão apenas “AGROTELAS FERREIRA”, “FERREIRA & FERREIRA”, “FERREIRA AGROTERRA” e “HSBC BANK”.

O autor negou o vínculo jurídico, argumentando que os títulos (todos) são “frios”, ou seja, não tem lastro. As empresas que emitiram as notas e as duplicatas confirmaram a ausência de relação comercial e portanto são responsáveis pelos dissabores trazidos ao autos.

Consoante indicado a fls. 24 apenas o título NFE626/05 foi encaminhado a protesto; **teve sustados os efeitos** do ato de publicidade diante da antecipação da tutela concedida a fls. 32, ou seja, por ato do juízo.

O protesto se consumou – v. fls. 24 – e nessa hipótese o dano se tipifica “in re ipsa”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A situação examinada, flagrantemente irregular, **representa, em si, dano moral, desnecessária qualquer prova específica sobre a efetiva causação do dano.**

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Assim, equacionadas tais circunstâncias, e observado o “critério prudencial”, parece-me justo que os requeridos indenizem o autor com quantia equivalente a **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

É o que fica decidido.

\* \* \*

Ante o exposto, **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE TODOS as FATURAS e TÍTULOS ESPECIFICADOS NA INICIAL** (fls. 03/07) **DETERMINANDO o cancelamento definitivo o protesto** lançado sobre a duplicata NFE 626/05. Outrossim, **CONDENO os requeridos AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA ME, FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA, FERREIRA AGROTERRA LTDA, HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO a pagar ao autor, LUIZ AURÉLIO BEDINOTTO**, a quantia de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, com correção monetária a contar da publicação desta e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Torno definitiva a antecipação da tutela concedida a fls. 32. Após o trânsito em julgado, oficie-se para o cancelamento definitivo do protesto,




**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

podendo o requerente recolher as taxas para referida baixa incluindo-se na execução desse julgado.

Sucumbentes, arcarão os correqueridos acima com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação.

Por fim **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito **em relação ao BANCO BRADESCO S/A**. As custas processuais decorrentes da inclusão do aludido coréu no polo passivo serão suportadas pelo autor, o mesmo ocorrendo com os honorários do patrono da parte contrária, que arbitro, por equidade, em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P. R. I.

São Carlos, 11 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**